

O “NEGÓCIO DA MÁ-NUTRIÇÃO”: O ENCOBRIMENTO PERFEITO PARA AS GRANDES EMPRESAS DE PRODUTOS ALIMENTARES

*Patti Rundall*¹

“O segredo do sucesso é a sinceridade. Se a conseguires fingir estás bem lançado.”

Autor desconhecido

As preocupações com todas as formas de má-nutrição, especialmente com a subnutrição e a sobrenutrição, colocaram em evidência as empresas de produtos alimentares (*Big Food*) e o direito humano à alimentação adequada. Este artigo analisa a forma como as organizações não governamentais (ONGs) e os governos dos países desenvolvidos estão a ser atraídos para parcerias e acordos “multipartes interessadas”² com grandes empresas, através do “negócio da má-nutrição”. Argumenta que não é provável que essas abordagens solucionem o problema da má-nutrição e que podem mesmo agravá-lo, ao oferecer a essas empresas um acesso sem precedentes aos processos de formulação de políticas, especialmente nos países em vias de desenvolvimento. Isto poderá minar a confiança em relação aos alimentos acessíveis, biodiversos e culturalmente apropriados, criando maiores mercados para alimentos enriquecidos, suplementos alimentares e lanches altamente processados, com efeitos significativamente adversos a nível da saúde. A autora do artigo afirma que a participação em estratégias de responsabilidade social das empresas (RSE) não é uma atividade benigna e que acarreta sérios riscos, incluindo o de impedir que as empresas sejam inteiramente responsáveis pelas suas ações.

COMPROMISSOS VOLUNTÁRIOS VS. REGULAMENTAÇÃO VINCULATIVA³

A sobrenutrição (obesidade) é umas das causas subjacentes às doenças não transmissíveis (DNTs) como o cancro, as doenças coronárias e a diabetes, que estão a consumir rapidamente o sistema nacional de saúde e o orçamento das famílias, tanto em países ricos como pobres. A obesidade ocupa já grande parte do centro das atenções do público em geral, e a subnutrição, i.e., o raquitismo e o baixo peso das crianças pequenas, mais especificamente durante os seus primeiros 1.000 dias, captou a atenção das ONGs de desenvolvimento, das agências das Nações Unidas (NU), dos países industrializados e de doadores.

Existe um consenso sobre o facto de o *marketing* de produtos altamente processados, com elevados níveis de gordura, sal e/ou açúcar (*Big food*) ser uma das maiores causas dos problemas de sobrenutrição e obesidade⁴, o que levou ao aumento dos pedidos de regulamentação desse tipo de *marketing*. Estes pedidos têm a oposição das grandes empresas de alimentos que se apresentam como parte essencial da “solução”, argumentando que os compromissos voluntários para a redução da publicidade, a reformulação dos seus produtos (reduzindo o açúcar, a gordura e o sal) e o seu patrocínio da educação para a saúde irão resolver o problema. Como afirmou Peter Brabeck, diretor executivo da Nestlé, na assembleia geral anual da empresa em 2010: “(...) é desnecessário prender as empresas em coletes de força regulamentares quando empresas como a Nestlé já possuem sólidos valores e princípios fundamentais”⁵.

1 [Patti Rundall](#) é a porta-voz global da International Baby Food Action Network, IBFAN (Rede internacional de ação pela alimentação infantil). A IBFAN é uma rede mundial com 35 anos de existência que trabalha para proteger, promover e apoiar o aleitamento materno e a alimentação complementar para a realização do direito da criança à saúde e à alimentação e nutrição adequadas. A IBFAN está empenhada em trabalhar com governos, com as Nações Unidas e com outras organizações para ajudar a assegurar a sobrevivência infantil e chamar a atenção mundial para estratégias de combate à má-nutrição de um modo justo, equitativo e sustentável, dando prioridade à capacidade de produção local e ao acesso a alimentos nutritivos. Para mais informação, ver www.ibfan.org. Um agradecimento especial a Lida Lhotska (IBFAN-GIFA, Associação de Alimentação Infantil de Genebra) e a Stefano Prato (Society for International Development, SID – Sociedade para o Desenvolvimento Internacional) pelo seu apoio na revisão deste artigo. Este artigo foi originalmente escrito em inglês.

2 Para mais informações sobre as parcerias “multi-partes” e a sua origem, ver a caixa de texto “As origens do termo “multi-partes” – Porque as palavras importam”, abaixo.

No entanto, uma parte essencial do programa de RSE da Nestlé desde 1992, por exemplo, é a “educação alimentar”, que tem vindo a ser criticada por esbater a fronteira entre educação e *marketing*⁶. Infelizmente, embora a experiência mostre que este reposicionamento é essencialmente uma estratégia de Relações Públicas (RP) concebida para impedir ações de regulamentação, parte da comunidade internacional ligada ao desenvolvimento apoia e colabora com as iniciativas de RSE⁷. A Assembleia Mundial da Saúde (AMS) de 2015 foi dominada por esta questão: devem os governos concentrar-se na regulamentação de indústrias problemáticas ou antes “envolver-se”, “colaborar” com elas e aceitar os financiamentos?⁸.

Os interesses conflituosos no centro das definições de políticas, especialmente nos países produtores, complicam ainda mais a questão. Por exemplo, os responsáveis políticos na União Europeia (UE) sabem que os tratados da UE e as Convenções de Direitos Humanos requerem que “seja assegurado um elevado nível de proteção da saúde humana na definição e implementação de todas as políticas e atividades comunitárias⁹.” Por outro lado, também sabem que se pode ganhar dez vezes mais dinheiro vendendo um quilo de fórmula para lactentes com nutrientes adicionados do que vendendo um quilo de leite em pó¹⁰. Os decisores políticos estão também plenamente conscientes de que a indústria alimentar é o maior setor de produção e de emprego na Europa e do interesse da Irlanda, da Nova Zelândia e de outras nações produtoras na exploração desse mercado. Sabem ainda que tentar aprovar regulamentações eficazes é, nas palavras de um delegado da Organização Mundial da Saúde (OMS), como segurar “fogo líquido”.

Todos estes fatores podem ter um efeito desincentivador naqueles que pretendem introduzir regulamentação eficaz. Além do mais, os novos pactos consagrados nos acordos comerciais como o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, TTIP (em inglês), o Acordo de Parceria Económica Estratégica Trans-Pacífico, TPP (em inglês) e o Acordo Integral de Economia e Comércio (CETA, em inglês) contêm disposições para a resolução de litígios entre investidores e Estados, e permitirão às empresas processar governos se os regulamentos nacionais interferirem com os seus lucros atuais e futuros¹¹.

Com o apoio certo, os governos podem cumprir com as suas obrigações na salvaguarda da saúde e dos direitos humanos e na regulamentação das empresas. Se as agências das NU e as ONGs se focarem no longo prazo, podem ajudar os governos a desconstruir e contrariar os argumentos da indústria e evitar os efémeros programas voluntários de RSE favoritos do setor empresarial¹².

Estes programas “voluntários” servem bem às empresas, especialmente quando estas pretendem desenvolver estratégias de comunicação para promover comportamentos positivos e patrocinar programas de educação alimentar. Isto permite-lhes publicitar qualquer novidade, ganhar a confiança do público e reposicionar-se como agentes de “saúde e bem-estar”. A imagem positiva que obtêm pela associação com parceiros importantes como governos, NU e ONGs internacionais tem um valor emocional e financeiro substancial¹³. Do ponto de vista das RP, estas estratégias são altamente eficazes para projetar uma imagem positiva e esbater os limites entre os setores público e privado. Além disso, ajudam a facilitar a entrada das empresas na esfera da definição de políticas.

Do ponto de vista da saúde e da educação, estas estratégias podem iludir as crianças acerca da nutrição e são menos eficazes do que, por exemplo, criar impostos para a “comida de plástico” ou regulamentar as estratégias de *marketing*¹⁴. Os programas “voluntários” de RSE existem apenas enquanto as empresas quiserem e raramente

- 3 Para mais informações sobre as discussões acerca dos compromissos voluntários vs. regulamentação vinculativa, ver Monsalve, S. & Aubry, F. (2014). Rethinking the Voluntary vs. binding divide [Repensar a divisão entre voluntário e vinculativo]. *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição* 2014, 22-25. Disponível (em inglês) em www.rtfm-watch.org/fileadmin/media/rtfwatch.org/ENGLISH/pdf/Watch_2014/Watch_2014_PDFs/R_t_F_a_N_Watch_2014_eng.pdf#page=22.
- 4 Moodie, R. et al. (2013). “Profits and pandemics: prevention of harmful effects of tobacco, alcohol, and ultra-processed food and drink industries.” [“Lucros e pandemias: prevenção dos efeitos nocivos das empresas de tabaco, álcool, alimentos ultraprocesados e bebidas”]. *The Lancet* 381, 670-679.
- 5 Baby Milk Action. (2010, 15 de abril). Nestlé challenged at its Annual General Meeting, 2010. [Nestlé desafiada durante a sua assembleia geral anual]. Apresentação feita durante a assembleia geral anual da Nestlé, Lausana, Suíça. Disponível (em inglês) em www.babymilkaction.org/archives/618.
- 6 Baby Milk Action. (2012). *Tackling Obesity: How Companies Use Education to Build ‘Trust’* [Vencendo a obesidade: como as empresas usam a educação para criar “confiança”]. Cambridge, UK Baby Milk Action.
- 7 Ver, por exemplo, a plataforma de ação europeia em matéria de regimes alimentares, atividade física e saúde.
- 8 IBFAN. (2014, 17 de dezembro). Carta para a Comissão da OMS para o fim da Obesidade Infantil. Genebra: IBFAN. Disponível (em inglês) em www.babymilkaction.org/archives/2860.
- 9 Artigo 168.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Disponível em eurlex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?qid=1436886075738&uri=CELEX:12012E/TXT.
- 10 Coriolis. (2014). *Infant Formula Value Chain [A cadeia de valor da fórmula para lactentes]*. Relatório preparado para o Conselho de Cooperação Económica do Pacífico da Nova Zelândia. Auckland, Nova Zelândia: Coriolis. Disponível (em inglês) em nzpecc.org.nz/20901/index.html.
- 11 Para mais informação sobre acordos económicos e seus impactos nos direitos humanos, ver o artigo “Desigualdade ilimitada: a alimentação na mesa da OMC” nesta edição do *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*.
- 12 Ver nota n.º 2.
- 13 Monbiot, G. (2015, 3 de junho). “How a corporate cult captures and destroys our best graduates” [Como um culto empresarial destrói os nossos melhores diplomados]. *The Guardian*. Disponível (em inglês) em www.theguardian.com/commentisfree/2015/jun/03/city-corporates-destroy-best-minds.
- 14 Rayner, M. (2015, 14 de abril). Population Approaches to Non-communicable Disease Prevention: The Evidence [A atitude da população face à prevenção de doenças não transmissíveis: as evidências]. Documento apresentado na Conferência de medicina baseada em evidências promovida pelo British Medical Journal, Londres.

reduzem o impacto adverso das estratégias de *marketing*¹⁵. Por exemplo, no Reino Unido, em 2011, o governo de coligação criou uma nova parceria com a indústria de bebidas e alimentos, chamada “Negócio responsável”. Esta responsabilizava as empresas pela redução do consumo de álcool e pela melhoria da nutrição e resultou num retrocesso nas metas de redução de consumo de sal¹⁶.

O “NEGÓCIO DA MÁ-NUTRIÇÃO”: OUTRA PORTA DE ENTRADA

*...a iniciativa SUN [Scaling Up Nutrition, em inglês] não é uma iniciativa aprovada pelo conjunto de países membros das NU. Trata-se de um mecanismo voluntário no qual os membros integrantes, incluindo os governos dos países, manifestam o seu interesse em aderir e, desse modo, comprometem-se a seguir os seus princípios e modo de ação... A [SUN] está estruturada em torno de cinco redes com o mesmo peso: governos dos países, organizações da sociedade civil, agências das NU, setor privado e doadores.*¹⁷

Elisabetta Recine e Nathalie Beghin (Conselheiras do CONSEA)

No que respeita à subnutrição, as empresas encontraram outra porta de entrada para a tomada de decisões políticas a nível nacional e mundial, através da iniciativa SUN. Esta iniciativa foi lançada pelo Banco Mundial (BM), pela UNICEF, pelo Programa Alimentar Mundial (PAM) e pela OMS em 2010 para combater a má-nutrição, com foco nos 1000 primeiros dias de vida da criança¹⁸. Intimamente ligada à SUN, através da Rede de Negócios SUN (*SUN Business Network, SBN em inglês*), encontramos a Aliança Global para a Melhoria da Nutrição (*Global Alliance for Improved Nutrition, GAIN em inglês*). Esta é uma entidade público-privada híbrida com ativos no valor de 60 milhões de dólares¹⁹, maioritariamente provenientes da Fundação Bill & Melinda Gates.

Embora a IBFAN e outras ONGs de interesse público reconheçam a necessidade de elevar o estatuto da nutrição em todos os setores, têm criticado severamente tanto a SUN²⁰ como a GAIN. O envolvimento próximo das empresas na tomada de decisões no Conselho de Administração da SUN (o *Lead Group*)²¹ levou a que fosse dada prioridade às intervenções com alimentos enriquecidos e micronutrientes, inclusivamente pelos doadores. Isto resultou em que os fundos para o desenvolvimento fossem desviados do objetivo de combater as causas de todas as formas de má-nutrição. Outra grande preocupação é o estabelecimento das plataformas “multipartes” da SUN nos países em desenvolvimento, que incluem as empresas²². Finalmente, o Fundo fiduciário multipartes da SUN solicita o apoio de “diversos agentes nacionais e internacionais, incluindo departamentos governamentais, sociedade civil, *empresas responsáveis*, doadores e agências das NU” [ênfase das autoras]²³.

Em 2012, a IBFAN denunciou os esforços da GAIN para dissuadir o governo queniano de introduzir uma lei que bania a promoção de alimentos para bebé²⁴. O governo resistiu a esta pressão e aprovou a Lei n.º 34 de 2012, relativa à regulamentação e controlo dos substitutos do leite materno. A sua monitorização do Código Internacional de Comercialização de Substitutos de Leite Materno desde 2008 e a formação de profissionais de saúde está claramente a funcionar: o inquérito queniano demográfico e de saúde de 2014 (KDHS) mostrou que as taxas de amamentação exclusiva quase duplicaram desde 2008/9 (61% para os 32% anteriores) e que ajudaram a reduzir a mortalidade infantil de 52/1000 para 39/1000.

15 Hawkes, C., & Harris, J. L. (2011). “An analysis of the content of food industry pledges on marketing to children” [Uma análise de conteúdo das promessas da indústria alimentar no *marketing* para as crianças]. *Public Health Nutrition* 14, 1403–1414. Mais artigos disponíveis (em inglês) em info.babymilkaction.org/node/466.

16 Hope, J. (2015, 29 de abril). Ministers’ Shame on Killer Salt: Government Sabotage of Drive to Cut Intake Has Cost 6,000 Lives, Say Doctors [A culpa dos ministros pelo sal assassino: a sabotagem do governo dos esforços para reduzir a ingestão de sal custou 6.000 vidas, dizem os médicos]. Daily Mail. Disponível (em inglês) em www.dailymail.co.uk/news/article-3059765/Ministers-shame-killer-salt-Government-sabotage-drive-cut-intake-cost-6-000-lives-say-doctors.html.

17 CONSEA. (2014). Comentário oficial do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional brasileiro à segunda Conferência Internacional sobre Nutrição (CIN2). Disponível (em inglês) em www.ghwatch.org/sites/www.ghwatch.org/files/Recine&Beghin_201140306_InternationalNutritionAgenda_En.pdf.

18 Schuftan, C. & Jonsson, U. (2011). “The Right to Nutrition: Strategies to Hold Multilateral and Bilateral Donors Accountable” [“O direito à nutrição: estratégias para a responsabilização dos doadores bilaterais e multilaterais”]. *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição* 2011, 47–54. Disponível (em inglês) em www.rfn-watch.org/fileadmin/media/rfn-watch.org/ENGLISH/pdf/Watch_2011/Watch_2011_ENG.pdf#page=47.

19 GAIN. (2014). *Relatório do revisor oficial de contas sobre as declarações financeiras consolidadas ao Conselho de Administração da Fundação*. Genebra: GAIN. Disponível (em inglês) em www.gainhealth.org/wp-content/uploads/2015/01/Financial-statements-2013-2014.pdf.

20 Para outra crítica da sociedade civil à SUN, ver o artigo “A apropriação corporativa da governança alimentar e nutricional: uma ameaça aos direitos humanos e à soberania dos povos”, nesta edição do *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*. Ver também Schuftan, C. & Greiner, T. The Scaling Up Nutrition (SUN) Initiative [A iniciativa SUN]. *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição* 2013, 22–23. Disponível (em inglês) em www.rfn-watch.org/fileadmin/media/rfn-watch.org/ENGLISH/pdf/Watch_2013/Watch_2013_PDFs/Watch_2013_eng_WEB_final.pdf#page=22.

21 Os membros empresariais incluem Ajinomoto, BASF, Britannia, Cargill, DSM, Nutriset e Unilever. Mais informação disponível (em inglês) em www.scalingupnutrition.org/the-sunnetwork/lead-group.

22 Ver caixa abaixo “A origem do termo ‘multipartes’ – Porque as palavras importam”

23 SUN. (2013). *The Multi-Partner Trust Fund: A catalytic instrument to support SUN efforts [O fundo fiduciário multiparceiros: um instrumento catalisador para apoiar os esforços da SUN]*. SUN. Disponível (em inglês) em scalingupnutrition.org/resources-archive/sun-mptf.

24 IBFAN e Centro de Documentação de Códigos Internacionais (ICDC). (2013). *ICDC Legal Note*. Penang.

CONTORNAR OS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS

A SUN pede muitas vezes aos seus Estados membros que abordem individualmente os decisores políticos ao invés de usarem processos governamentais democráticos que permitam o debate público sobre se um país deve ou não associar-se à iniciativa. Os governos são levados a acreditar que, se estão preocupados com a nutrição, devem tornar-se um “país SUN” e que, ao fazê-lo, aumentam as suas oportunidades de apoio financeiro externo. Assim, de um momento para o outro, as pessoas dão por elas a viver num país SUN e a trabalhar sob o rótulo SUN. Em muitos destes países, o sucesso de programas em curso é rapidamente “reclamado” pelos recém-chegados apoiados pela SUN.

Entretanto, em linha com o modelo de governança da SUN, a Iniciativa de reformulação global do Fórum Económico Mundial (WEF) propõe que alguns temas sejam retirados da agenda das NU e, em alternativa, sejam tratados “por coligações plurilaterais, frequentemente multipartes, com vontade e capacidade”²⁵. O WEF propõe um mundo gerido por uma aliança de empresas multinacionais, Estados (inclusivamente através das NU) e organizações da sociedade civil seleccionadas.

O VICIADO PROCESSO DE CONFLITO DE INTERESSES DA SUN

A SUN responde às críticas da IBFAN e de outras organizações de interesse público alterando, por exemplo, no seu sítio Web, parte do texto sobre aleitamento materno e incluindo referências aos direitos humanos. Utilizando um financiamento de um milhão de dólares da Fundação Bill & Melinda Gates, deu também início a um processo para prevenir, identificar, gerir e monitorizar conflitos de interesse (CdI). No entanto, escolheu para esta tarefa o Observatório Social Global (OSG), uma organização com sede em Genebra que representa interesses económicos, recebe financiamentos das empresas e promove parcerias público-privadas (PPP).

Sem surpresa, o OSG redefine os CdI de modo a enquadrar e legitimar a estrutura de governança multipartes da SUN. Por exemplo:

- foca-se na “confiança” e na “colaboração” (em vez de na necessidade de aplicar o princípio da precaução);
- confunde CdI com conflitos causados por divergências e diferenças de opinião;
- promove a inclusão de todos os parceiros como “boa governança”;
- trata dos CdI apenas a nível nacional, não abrange o *Lead Group* da SUN; e,
- tem falta de mecanismos de proteção para informadores.

25 WEF. (2010). *Everybody's Business: Strengthening International Cooperation in a More Interdependent World [É assunto de todos: reforçar a cooperação internacional num mundo mais interdependente]*. Relatório sobre a Iniciativa de reformulação global. Genebra: WEF. Disponível (em inglês) em www3.weforum.org/docs/WEF_GRI_EverybodysBusiness_Report_2010.pdf. Ver também Pinget, L. (2014). *Corporate Influence in the Post-2015 Process [Influência das empresas no processo pós-2015]*. Aachen/Berlin/Bonn/New York: Global Policy Forum, Misereor e Bread for the World. Disponível (em inglês) em www.globalpolicy.org/images/pdfs/GPFEurope/Corporate_influence_in_the_Post-2015_process_web.pdf.

CONCLUSÃO

A RSE não é algo benigno em que as empresas ajudam a acabar com as práticas prejudiciais. É uma estratégia cuidadosamente desenvolvida – utilizada eficazmente pela indústria do tabaco²⁶ – que desvia deliberadamente a atenção pública da necessidade de regulamentação efetiva das empresas e de garantir a responsabilização pelos abusos aos direitos humanos. ONGs, decisores políticos e doadores que procuram proteger os direitos humanos e abordar as causas subjacentes à pobreza devem reavaliar a sensatez de apoiar e de se envolver em programas de RSE. Devem, ao invés, focar-se em soluções duradouras que protejam os direitos humanos:

- apoio à aprovação e implementação de regulamentos eficazes;
- monitorização do que as empresas *fazem*, em vez do que *dizem*;
- estabelecimento de políticas sérias de CdI, que mantenham a investigação e a definição de políticas ligadas à saúde pública livres de influências comerciais indevidas;
- promulgação de medidas legais que protejam os informadores; e, por último mas não menos importante,
- evitar a utilização de terminologia empresarial sem dar atenção às questões mais abrangentes, especialmente no que respeita ao termo “parte interessada²⁷”.

Apesar de existirem muitos governos e grandes ONGs empenhados na RSE, há um cada vez maior número de ONGs e movimentos cidadãos a reconhecer os perigos que ela acarreta, e trabalhar em conjunto para empoderar cidadãos e cidadãs de modo a pedirem responsabilidades às grandes empresas. Alguns exemplos incluem a IBFAN, o Movimento Popular para a Saúde (*People’s Health Movement, PHM*)²⁸, a Rede do Terceiro Mundo (*Third World Network*), a Aliança dos Tratados (*Treaty Alliance*) que trabalha para criar um tratado internacional vinculativo para abordar os abusos aos direitos humanos realizados pelas empresas²⁹ e a Coligação para os Conflitos de Interesse (*Conflict of Interest Coalition*), uma rede de 161 ONGs e redes que trabalham para proteger as decisões políticas ligadas à saúde pública de influências comerciais indevidas.

Se o Mundo irá acordar para estas ameaças que se avizinham ou dirigir-se cegamente para o desastre dependerá de estes movimentos conseguirem sobreviver, crescer e captar a atenção pública.

CAIXA 2.1

As origens do termo “Multi-partes” – Porque as palavras importam³⁰

Lida Lhotska³¹

Embora o termo “parte interessada” faça parte do vocabulário de toda a gente, não é apolítico. Os agentes relacionados com o interesse público, que pretendam ter um discurso claro e evitar baralhar os papéis, especialmente no que diz respeito aos processos de formulação de políticas, devem ter isto em conta. Originalmente este termo era usado para pressionar as empresas, especialmente as empresas transnacionais (TNCs), a reconhecerem que não são responsáveis apenas perante os seus acionistas.

26 Brownell, K. & Warner, K. (2009). The Perils of Ignoring History: Big Tobacco Played Dirty and Millions Died. How Similar is Big Food? [Os perigos de ignorar a História: As grandes tabaqueiras jogaram sujo e milhões morreram. Quão similar é a Big Food?]. *The Milbank Quarterly* 87, 259-294.

27 Ver a caixa abaixo “As origens do termo multipartes – Porque as palavras contam”.

28 Tanto a IBFAN como a PHM são membros do consórcio do *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*.

29 Para mais informação sobre a Treaty Alliance, ver o artigo “O Tratado sobre as TNCs e a luta para acabar com a impunidade das corporações” nesta edição do *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*, e ver o sítio da Web da Treaty Alliance www.treatymovement.com.

30 Para mais informação, ver Richter, J. (2002). *Dialogue or Engineering of Consent? Opportunities and Risks of Talking to Industry*. [Diálogo ou manipulação do consentimento? Oportunidades e riscos de falar com a indústria]. Genebra: IBFAN-GIFA. Disponível (em inglês) em www.ethik.uzh.ch/ibme/team/affiliert/judithrichter/judith-richter-dialogue-eoc.pdf.

31 Lida Lhotska é a coordenadora regional do IBFAN Europa. Esta caixa foi originalmente escrita em inglês.

As suas operações, práticas e ações têm impacto nas outras pessoas e, por isso, estas têm direito a tomar parte no que essas empresas fazem. Daí serem “partes interessadas”.

No entanto, durante a preparação da primeira Conferência das NU sobre Ambiente e Desenvolvimento, que decorreu no Rio de Janeiro, no Brasil, em 1992 (ECO 92), as multinacionais ficaram preocupadas que fosse ser proposta mais regulamentação, uma vez que tinham começado a soar campanhas de alarme acerca das alterações climáticas e desastres ecológicos. Graças a um poderoso lóbi, conseguiram retirar da Agenda 21³² um capítulo relativo à sua responsabilidade ambiental, e re-colocar-se a si mesmas como um dos grupos de “partes interessadas” da conferência. Consequentemente, as suas recomendações ficaram claramente refletidas no documento final da Conferência.

Foi a partir desse momento que as multinacionais começaram a afirmar “nós somos parte da solução” e “temos de ser tratados de forma inclusiva.” As consequências negativas daqui resultantes para o clima e o ambiente são bem conhecidas. Hoje em dia, quando agentes que representam o interesse público utilizam o termo ‘partes interessadas’, aceitam automaticamente que estas também incluem empresas e corporações transnacionais, submetendo-se à retórica do sistema económico neoliberal e ao seu modelo de governança.

Significa isto que o termo “parte interessada” deverá ser completamente apagado do nosso vocabulário? Não, de modo nenhum: necessitamos de o utilizar quando criticamos o modelo de “parte interessada/PPP”, para realçar os riscos dos conflitos de interesse e das influências indevidas nas tomadas de decisão democrática.

CAIXA 2.2

A sentença de *Citizens United*: a perigosa expansão do poder corporativo nos EUA

*Jonah Minkoff-Zern e Laura-Anne Minkoff-Zern*³³

Apesar da melhoria da economia dos Estados Unidos (EUA), a insegurança alimentar persiste para mais de 49 milhões de residentes³⁴. Mesmo assim, a política pública de apoio a uma alimentação e nutrição adequadas e sustentáveis continua a ser obstruída, em parte, por causa da influência excessiva dos atores e agendas corporativas nas nossas políticas agrícolas, alimentares e de saúde. O agronegócio tem adquirido um papel cada vez mais influente, ao longo deste último século, na produção e abastecimento de alimentos nos Estados Unidos, através de programas federais e estaduais – que vão desde a ajuda alimentar internacional até às refeições escolares³⁵.

Essa influência acentuou-se em 2010, quando a Suprema Corte decidiu, no caso *Citizens United [Cidadãos Unidos] vs. Comissão Federal Eleitoral*, que as contribuições de campanha são uma forma de “liberdade de expressão” e que as empresas têm os mesmos direitos constitucionais que os indivíduos, garantindo às empresas (e supostamente aos indivíduos) a possibilidade de gastarem quantias ilimitadas de dinheiro para influenciar as eleições. A decisão ajudou a expandir a influência das empresas no nosso sistema político, incluindo as nossas políticas alimentares e agrícolas³⁶. O agronegócio contribuiu com um total de 90 milhões de dólares a nível federal para o ciclo eleitoral de 2012, o seu maior aumento em contribuições de todos os tempos. Três quartos destes gastos foram para candidatos republicanos, na tentativa de conter normas de segurança alimentar e exigências de divulgação, tais como a rotulagem dos alimentos³⁷.

- 32 A Agenda 21 é um plano de ação não vinculativo das NU relativo ao desenvolvimento sustentável, que surgiu na Cimeira da Terra (ECO 92) que decorreu no Rio de Janeiro em 1992.
- 33 **Jonah Minkoff-Zern** é codiretor da campanha da Public Citizen “A democracia é para as Pessoas”. A Public Citizen é uma organização não lucrativa de defesa do consumidor com sede em Washington, D.C. **Laura-Anne Minkoff-Zern** é Professora Assistente (Departamento de Saúde Pública, Estudos da Alimentação e da Nutrição) da Universidade de Syracuse. Para mais informações sobre a Public Citizen ver www.citizen.org. Um agradecimento especial a Sriharsha Gowtham (Public Citizen), Kathleen Martin (Public Citizen), Smita Narula (Roosevelt House Public Policy Institute, Hunter College) e Anne C. Bellows (Universidade de Syracuse) pelo seu apoio na elaboração e revisão desta caixa. Esta caixa foi originalmente escrita em inglês.
- 34 Para mais informações sobre as políticas alimentares nos EUA, ver o artigo “O direito à alimentação nos EUA: a necessidade de abandonar a caridade e promover uma abordagem de direitos humanos”, nesta edição do *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*. Ver também a National Geographic de 16 de abril de 2015. Disponível (em inglês) em theplate.nationalgeographic.com/2015/04/16/while-u-s-economy-improves-food-insecurity-lingers/.
- 35 Clapp, J. (2012). *Food*. Policy Press; Poppendieck, J. (2014). *Breadlines knee-deep in wheat: Food assistance in the Great Depression [A miséria afundada em cereais: a ajuda alimentar durante a grande depressão]*. Univ of California Press.
- 36 Ben Lilliston. (2015, 20 de janeiro). *Agribusiness and food corporations are not people*. IATP. Disponível (em inglês) em iatp.org/blog/201501/agribusiness-and-food-corporations-are-not-people; Levitt, J. (2010). Confronting the Impact of “Citizens United”. [Enfrentando o impacto dos “Citizens United”]. *Yale Law & Policy Review*, 217-234
- 37 Vendituoli, M. (2013). *Agribusiness: Background* [Agronegócio: antecedentes]. Opensecrets.org. Disponível (em inglês) em www.opensecrets.org/industries/background.php?cycle=2014&ind=A.

A *Farm Bill* – legislação agrícola nacional que governa uma série de programas de assistência agrícola e nutrição nos Estados Unidos – é alvo de um pesado lóbi na legislatura dos Estados Unidos. Em 2013, as indústrias de serviços e de produção agrícola, incluindo a Monsanto,³⁸ gastaram mais de 57,5 milhões de dólares para influenciar a aprovação da *Farm Bill*, que acabou por cortar milhares de milhões de dólares em programas de conservação e de cupões de alimentos, ao mesmo tempo que autorizou um aumento de 7 mil milhões de dólares em seguros agrícolas. O lóbi legislativo incluía alegadamente a ameaça implícita de mais gastos a favor e contra os membros do Congresso com base nas suas ações de voto³⁹.

Para além da influência indevida que exerceram sobre a *Farm Bill* dos EUA, os *Citizens United* conseguiram: a resistência da indústria à rotulagem de produtos que contenham organismos geneticamente modificados (OGM), a não aprovação do salário mínimo de trabalho e a redução do impacto da Lei de reforma de Wall Street e de defesa dos consumidores aprovada em 2010, limitando assim o alcance da reforma financeira nos EUA. Fica claro que as campanhas eleitorais são subjugadas pelo dinheiro corporativo.

De modo a criar um sistema alimentar democrático e seguro, os EUA devem aprovar uma emenda constitucional para anular a decisão favorável aos *Citizens United* e devolver às pessoas a democracia e os direitos humanos. Este é um movimento crucial para todos os que acreditam que a alimentação deve ser considerada um direito humano e não uma mera mercadoria.

38 Eight Ways Monsanto Fails at Sustainable Agriculture. [“Oito maneiras de como a Monsanto falha em promover uma agricultura sustentável.”] Union of Concerned Scientists – Science for a Healthy Planet and Safer World. Disponível (em inglês) em www.ucsusa.org/food_and_agriculture/our_failing_food_system/genetic_engineering/eightways_monsanto_fails.html#.VaeKjvntlBc.

39 Feinberg, R. (2014). Special interests heavily involved in Farm Bill maneuvering. [Interesses especiais altamente envolvidos nas manobras da *Farm Bill*]. Opensecrets.org. Disponível (em inglês) em www.opensecrets.org/news/2014/01/special-interests-heavily-involved/.